



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

### PROPOSTA DE EMENDA A CONSTITUIÇÃO N° 172, DE 2012.

Altera o art. 160 da Constituição Federal.

#### EMENDA SUBSTITUTIVA

Art. 1º O artigo 160 da Constituição Federal passa a vigorar acrescido de §2º renumerando o atual parágrafo único para §1º:

“Art. 160 .....  
§ 1º .....

§ 2º A lei não imporá nem transferirá qualquer encargo ou a prestação de serviço para a União, para os Estados, Distrito Federal ou para os Municípios sem a previsão de fonte orçamentária e financeira necessária à realização da despesa ou sem a criação de nova fonte de recursos com a finalidade de prover o seu financiamento.” (NR)

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

#### JUSTIFICATIVA

A demanda da sociedade na prestação de serviços públicos de qualidade tem crescido nos últimos anos. Na tentativa de atender a esse movimento os governos têm elevado suas despesas sociais e investimentos. Em alguns casos, algumas despesas têm crescido sem a correspondente fonte de custeio o que cria insegurança para a população sobre a manutenção das políticas públicas.

Do ponto de vista fiscal, esse movimento também tem resultado em pressão sobre os orçamentos públicos, reduzindo a capacidade dos governos em obter resultados fiscais sustentáveis.

Esta proposta de Emenda à Constituição estabelece que a Lei não imporá nem transferirá qualquer encargo ou a prestação de serviço para a União, para os Estados, Distrito Federal ou aos Municípios sem a previsão de fonte orçamentária e financeira necessária à realização da despesa ou sem a criação de nova fonte de recursos com a finalidade de prover o seu financiamento.

Esta alteração visa reforçar a responsabilidade fiscal do Setor Público e vai ao encontro do previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000), quando esta estabelece, em seu artigo 16, que nenhuma ação



## **CÂMARA DOS DEPUTADOS**

governamental que acarrete aumento de despesa será criada, expandida ou aperfeiçoada sem estimativa do impacto orçamentário e financeiro e sem adequação orçamentária e financeira com as leis orçamentárias. Também está em linha com o previsto no artigo 17 da mesma lei, que estabelece que a criação e o aumento de despesa obrigatória de caráter continuado dependerão da estimativa de impacto orçamentário e financeiro e da demonstração da origem de recurso para seu custeio.

Desta forma, esta alteração na Constituição Federal visa garantir que a responsabilidade fiscal do setor público seja observada entre os diversos entes da federação, para que nenhuma ação ou despesa seja criada para a União ou aos entes subnacionais sem determinar a adequada fonte financeira de recursos viabilizando, assim, a capacidade de financiamento das políticas públicas e sustentabilidade da política fiscal.

Sala de Sessões, em 11 de agosto de 2015.

**JOSÉ GUIMARÃES**  
Líder do Governo

**LEONARDO PICCIANI**  
Líder do PMDB

**SIBÁ MACHADO**  
Líder do PT

**CELSO RUSSOMANNO**  
Líder do Bloco do PRB

**MAURÍCIO QUINTELLA LESSA**  
Líder do PR

**EDUARDO DA FONTE**  
Líder do PP

**ROGÉRIO ROSSO**  
Líder do PSD

**JANDIRA FEGHALI**  
Líder do PCdoB

**DOMINGOS NETO**  
Líder do PROS

**MARCELO ARO**  
Líder do PHS



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

### PROPOSTA DE EMENDA A CONSTITUIÇÃO Nº 172, DE 2012.

Altera o art. 160 da Constituição Federal.

#### EMENDA SUBSTITUTIVA

(Acresce §2º ao art. 161 e renumera o atual parágrafo único para §1º)

DEPUTADO	GABINETE	ASSINATURA